

a. Revisão de créditos tributários: Em 2020 foi realizado um trabalho de revisão de créditos tributários do PIS e da COFINS. Parte deste trabalho consistia em identificar valores de créditos tributários oriundos de ativos fixos que não haviam sido reconhecidos pela Companhia. Este levantamento gerou uma redução líquida de R\$ 4.292 (R\$ 8.068 em 2019) no Imobilizado da Companhia sendo R\$5.925 (R\$9.905 em 2019) de valor de custo e R\$1.633 (R\$1.837 em 2019) de depreciação acumulada, sem impactos nos ativos intangíveis. **b. Teste de Impairment:** A Administração da Companhia revisa anualmente indicadores de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Em função do incidente na subestação de energia conforme indicado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia identificou indicativo de avaliação de recuperabilidade do imobilizado no mesmo período. Nesse sentido, a Companhia utilizou-se do valor em uso pela linha de materiais primários (alumínio) a partir de projeções aprovadas pela Administração e premissas consistentes com a análise efetuada em 30 de junho de 2020, que consideram: • Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios, considerando receitas futuras projetadas; • Cenário macroeconômico do país e internacional; • Período do fluxo de caixa de 23 anos assumindo o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura; • Taxa de desconto de 15,75%; • Dólar-americano de R\$ 5,33 a R\$ 4,9; • Além do fluxo de caixa projetado de 2020 a 2042, os fluxos de caixa são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital ("WACC") descrito acima; • A Companhia, com base em suas estimativas de fluxos de caixa descontados, não identificou perdas em 2020. **c. Outras informações:** A depreciação do período, alocada ao custo de produção e às despesas (gerais e administrativas), monta a R\$ 195.402 (2019 - R\$ 184.983) e R\$ 9.261 (2019 - R\$ 13.018), respectivamente.

15. Fornecedores terceiros

	2020	2019
Fornecedores no país (a)	104.927	83.205
Fornecedores no exterior	6.306	1.939
	<u>111.233</u>	<u>85.144</u>

(a) Os fornecedores nacionais são relativos à prestação de serviços de terceiros, materiais utilizados na produção, entre outros.

16. Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos em dólares americanos:

	2020		2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento contrato de câmbio - ACC				
Principal - (a)	304.007	-	293.032	-
Encargos	9.822	-	1.395	-
Empréstimo em moeda estrangeira na modalidade "4131"				
Principal - (b)	218.261	211.001	68.522	133.013
Encargo	5.132	-	355	-
	<u>537.222</u>	<u>211.001</u>	<u>363.304</u>	<u>133.013</u>

(a) Com vencimentos entre fevereiro a junho de 2021 de equivalentes a US\$ 58,500 em 31 de dezembro de 2020 com taxas anuais entre 3,72% a 6,55%. (b) No mês de agosto de 2020, a Companhia contratou um novo empréstimo de longo prazo em moeda estrangeira na modalidade "4131" com o Banco Bradesco, a taxa prefixada de 6,15% ao ano e pagamento de juros semestrais - amortizações de principal anuais em até 2 anos. Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos em moeda estrangeira (que são predominantes ao portfólio de dívida da empresa) estão apropriados no circulante a US\$ 42,000 e no Passivo Não Circulante a US\$ 41,000 deduzidos parcela de custo de transação (R\$ 2.063). O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados a longo prazo (não circulante) se aproximam ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Em 31 de dezembro de 2020, a posição em aberto é a seguinte:

	2020	2019
2021	-	68.522
2022	211.001	64.491
	<u>211.001</u>	<u>133.013</u>

A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos a necessidade de apresentação de garantias bem como não há qualquer indicativo de não atendimento a cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

17. Arrendamentos: a. Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a empilhadeiras e tratores são apresentados como ativo imobilizado. Sua movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 13. **b. Passivos de arrendamentos:** Os efeitos passivos relativos aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamento financeiro em conjunto com a classificação contábil de ativos de direito de uso mencionados são conforme tabela abaixo:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros do arrendamento		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Menos de um ano	4.023	24.643	1.769	3.988	2.254	20.655
Entre um e cinco anos	34.334	18.914	2.825	1.792	31.509	17.122
	<u>38.357</u>	<u>43.557</u>	<u>4.594</u>	<u>5.780</u>	<u>33.763</u>	<u>37.777</u>
Circulante	-	-	-	-	2.254	20.655
Não circulante	-	-	-	-	31.509	17.122

18. Provisões: Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2020	2019	2020	2019
Tributárias	-	-	37.325	25.500
Cíveis	-	-	3.037	571
Trabalhistas e previdenciárias	11.762	11.383	13.491	13.085
Ambiental	-	-	2.166	1.645
Restauração ambiental (Nota Explicativa 3.10)	-	-	63.688	67.006
	<u>11.762</u>	<u>11.383</u>	<u>119.707</u>	<u>107.807</u>

Circulante - 10.354 7.436
Não circulante 11.762 11.383 109.353 100.371
A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.335	109.372
Adições	615	7.541
Baixas	(2.218)	(15.729)
Atualizações monetárias	651	6.623
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.383	107.807
Adições	643	26.265
Baixas	(564)	(20.799)
Atualizações monetárias	300	6.434
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>11.762</u>	<u>119.707</u>

a. Natureza das provisões: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2020 provisões dessa natureza no passivo não circulante de R\$ 56.019 (R\$ 40.802 em 2019). A natureza das obrigações pode ser resumizada como segue: • **Tributárias** - a provisão realizada consiste em discussão sobre a incidência de contribuições previdenciárias sobre previdência complementar e participação nos lucros e resultados pagos pela empresa no período de janeiro/2001 a dezembro/2005, assim como, glosas sobre compensação de créditos de Contribuição Social ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2003 e 2013. • **Trabalhistas** - As ações trabalhistas referem-se, principalmente, a reclamações sobre doença ocupacional e acidente equiparado a doença. **b. Restauração ambiental:** A Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente no circulante e no não circulante no valor de R\$ 41.372 (R\$ 44.832 em 2019). • Adicionalmente, a Companhia mantém uma provisão ambiental para a restabelecimento de uma área que era utilizada como depósito de rejeitos. Este montante está registrado no não circulante no valor de R\$ 22.316 (R\$ 22.174 em 2019) encontram-se a valor presente e é atualizado mensalmente. **c. Processos judiciais possíveis de perda, não provisionados no balanço:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2020	2019
Tributárias (i)	463.708	509.324
Ambientais (ii)	1.201.953	654.480
Cíveis (iii)	158.893	181.028
Trabalhistas (iv)	21.447	11.062
	<u>1.846.001</u>	<u>1.355.894</u>

(i) As contingências tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos relativos ao não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre cessão de excedente de energia elétrica, bem como sobre TUST/TUSD, entre os anos de 2008 e 2013 no montante aproximado de R\$ 103 milhões, às glosas ocorridas em pedidos de restituição ou compensação de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 e 2013 no montante de R\$ 128 milhões e à suspensão/isenção de tributos federais em operações de importação através do regime de *drawback*. (ii) As contingências ambientais são referentes a pedidos de indenizações a danos ambientais e morais, com a alegação de que as empresas depositam substâncias nocivas ao meio ambiente em local denominado como reserva ecológica e questionam a legitimidade das licenças ambientais usadas na operação de seus depósitos de resíduos. A ALBRAS também, por fazer parte do grupo Hydro, é parte citada em ações de suposto transbordo dos depósitos de resíduos sólidos da ALUNORTE em 2018. (iii) O montante relacionado às contingências cíveis não provisionadas refere-se, principalmente, a contestação, por parte da Albras, da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que foi cobrada dos consumidores livres. (iv) As ações trabalhistas referem-se, principalmente, a reclamações de ex-empregados próprios e de empresas contratadas sobre doença ocupacional, verbas rescisórias, horas extras, doenças ocupacionais, acidente equiparado a doença entre outros. As ações trabalhistas da ALBRAS envolvem tanto ex-empregados próprio do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas onde a Companhia é tratada como litisconsorte nessas ações.

19. Patrimônio líquido - a. Capital

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$ 1.00 por ação. As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade. A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias classe B, registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$ 229.745 mil e ¥ 6.394.733 mil. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no *caput* do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade. Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, a Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no capital social da Companhia, representada por 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta ações) ações ordinárias, de Classe A. **b. Reservas de capital:** A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º que é realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios es-

continua